

COORDENADORES

**MARIA ODETE DUQUE BERTASI**  
**GILBERTO GIANANTE**

COLABORADORES

André Gustavo Salvador Kauffman  
Cinira Gomes Lima Melo  
Clarissa Somesom Tauk  
Elaine Carnavale Bussi  
Enrico Fabietti  
Filipe Marques Mangerona  
Gilberto Giansante

Jandir J. Dalle Lucca  
Leonardo Sartori Sigollo  
Mareska Tiveron Salge de Azevedo  
Paulo Dias de Moura Ribeiro  
Raul Iberê Malagò  
Rosemarie Adalardo Filardi  
Thais Kodama

# Reforma da Lei de Falência e Recuperação de Empresas



**IMPERIUM**  
EDITORA E DISTRIBUIDORA

© by Maria Odete Duque Bertasi; Gilberto Giansante  
© by Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda

**Supervisão:**

Editora Imperium

**Catálogo na publicação**  
**Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

B34401

Reforma da Lei de Falência e Recuperação de Empresas / Maria Odete Duque Bertasi,  
Gilberto Giansante - Leme/SP: Editora Imperium, 2021

258 p.; 16 x 23 cm

ISBN 978-65-88491-22-5

1. Falência – Brasil. 2. Direito empresarial. I. Título.

CDD 346.81078

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Falência – Brasil. 2. Direito empresarial. I. Título.

---

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor. A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

---

Direitos desta edição reservados à:

**Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda**  
Rua Ephraim Rodrigues Alves, nº 128 - Jardim Claudia  
Cep: 13610-720 – Leme-SP – Tel.: (19) 3554-4109  
www.editoraimperium.com.br  
e-mail: editora@editoraimperium.com.br  
imperium.editora@gmail.com

## SUMÁRIO

<b>A NOVA LEI DE RECUPERAÇÃO E FALÊNCIAS E O INCENTIVO AO DIP FINANCING.....</b>	<b>23</b>
<i>Mareska Tiveron Salge de Azevedo</i>	
1. Introdução: O significado de <i>Dip Financing</i> .....	23
2. Alterações trazidas pela NLRF relativas ao <i>Dip Financing</i> .....	24
3. Alternativas para impulsionar o <i>Dip Financing</i> no Brasil no cenário NLRF....	29
4. O <i>Dip Financing</i> no contexto do cenário econômico pós-pandemia .....	32
5. Considerações Finais .....	34
Referências Bibliográficas.....	36
<b>A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL.....</b>	<b>37</b>
<i>Thais Kodama</i>	
1. Introdução .....	37
2. O agronegócio e sua importância no cenário brasileiro .....	38
3. Os desafios e a crise no setor .....	40
4. O instituto da recuperação de empresas .....	41
5. A recuperação judicial do produtor rural .....	43
6. Da documentação necessária.....	51
7. Créditos sujeitos à recuperação judicial do produtor rural.....	53
8. Créditos não sujeitos à recuperação judicial do produtor rural .....	55
9. Direito à recuperação judicial em regime especial .....	56
10. Conclusão .....	57
Referências Bibliográficas.....	58

## REFORMA DA LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

<b>DAS ALTERAÇÕES NO PROCEDIMENTO DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E IMPUGNAÇÕES NA FALÊNCIA DE ACORDO COM A LEI Nº 14.112/2020</b> .....	59
<i>Leonardo Sartori Sigollo</i>	
1. Introdução .....	59
2. Da alienação de ativos na falência – aspectos gerais .....	63
3. Das formas e modalidades de alienação de ativos .....	66
4. Das impugnações .....	69
5. Conclusões .....	73
Referências Bibliográficas .....	75
<b>NOVA LEI DE FALÊNCIAS: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b> .....	77
<i>Jandir J. Dalle Lucca</i>	
1. Breve histórico .....	77
2. O panorama tributário anterior à Nova Lei de Falência .....	79
3. As inovações da Lei nº 14.112/2020 na área tributária .....	82
4. Conclusões .....	90
<b>O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO E AS FINANÇAS DA EMPRESA</b> .....	97
<i>Enrico Fabietti</i>	
1. Stay Period.....	101
2. O Plano de Recuperação .....	102
3. Fontes de recursos .....	105
4. Conclusão .....	112
<b>A PRIMAZIA DO RETORNO DO EMPREENDEDOR À ATIVIDADE ECONÔMICA, APÓS FALÊNCIA. DEIXE EMPREENDER, DEIXE RECOMEÇAR (primeiras impressões do novo art. 75, III e § 2.º da Lei de Recuperações de Empresas)</b> .....	115
<i>André Gustavo Salvador Kauffman</i>	
<b>FRESH START: NOVOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS</b> .....	129
<i>Rosemarie Adalardo Filardi</i>	
<i>Cinira Gomes Lima Melo</i>	
1. Introdução .....	129
2. Falência e seus objetivos .....	130
3. Falência sumária .....	132
4. Extinção das obrigações e o novo <i>fresh start</i> .....	136
4.1. Pagamento de mais de 25% dos créditos quirografários .....	141

---

 REFORMA DA LEI DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
 

---

4.2. Extinção das obrigações do falido pelo decurso do prazo de 3 anos da sentença declaratória da falência independente do seu encerramento.....	142
4.3. Extinção das obrigações do falido no momento do encerramento da falência.....	145
4.4. Da necessidade da prova da quitação das obrigações tributárias .....	146
5. Considerações finais .....	147
Referências bibliográficas .....	149

<b>CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PERÍODO DE SUPERVISÃO JUDICIAL, NOVAÇÃO DOS CRÉDITOS E ENCERRAMENTO DO PROCESSO RECUPERACIONAL.....</b>	<b>151</b>
<i>Filipe Marques Mangerona</i>	

1. Concessão da recuperação judicial e o período de supervisão judicial .....	151
2. Novação dos créditos.....	158
3. Encerramento do processo recuperacional.....	162

<b>A POSITIVAÇÃO DA CONSTATAÇÃO PRÉVIA NA LEI 11.101/2005 .....</b>	<b>165</b>
<i>Elaine Carnavale Bussi</i>	

1 - Introdução.....	165
2 - Do Início do Instituto como Perícia Prévia.....	167
3 - Da Constatação Prévia .....	170
4 - Da Disposição Legal da Constatação Prévia e das Controvérsias sobre o Instituto.....	174
4.1 - Da remuneração do profissional.....	178
4.2 - Do prazo para apresentação do laudo de constatação prévia .....	180
4.3 - Da negativa de cientificação do devedor da determinação da constatação prévia.....	184
4.4 - Do resultado da constatação prévia e do despacho de deferimento/ indeferimento da recuperação judicial.....	185
4.5 - Da vedação da análise da viabilidade econômica do devedor .....	186
4.6 - Da utilização fraudulenta da ação de recuperação judicial apontada na constatação prévia .....	187
4.7 - Da constatação prévia para demonstrar o principal estabelecimento do devedor .....	188
5 - Conclusão .....	189
Referências Bibliográficas.....	190

<b>RISCOS E OPORTUNIDADES TRIBUTÁRIAS NA LEGISLAÇÃO ATUALIZADA DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS .....</b>	<b>193</b>
<i>Raul Iberê Malagò</i>	

<b>RISCOS DE SUCESSÃO NA AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA.....</b>	<b>211</b>
<i>Gilberto Giansante</i>	
1. Introdução .....	211
2 - Do decreto-lei nº 7661/45.....	212
3- Da lei de falências e recuperação de empresas – lei nº 11.101/05 .....	212
4. Dos aspectos da sucessão trabalhista na recuperação judicial e falência.....	214
5- Da sucessão tributária .....	218
6- Das alterações incluídas pela lei nº14.112/20.....	220
7- Conclusão .....	226
Referências Bibliográficas.....	227
<b>O SISTEMA DE INSOLVÊNCIA BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DO CAPITALISMO HUMANISTA .....</b>	<b>229</b>
<i>Paulo Dias de Moura Ribeiro</i>	
<i>Clarissa Somesom Tauk</i>	
1. Introdução .....	229
2. O Princípio Fundamental da Fraternidade no Capitalismo Humanista.....	230
3. A Evolução Histórica do Instituto da Insolvência.....	236
4. O Reflexo do Capitalismo Humanista no Sistema Brasileiro de Insolvência...	242
5. Conclusão .....	257